

II - Constituir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores João Batista de Freitas Júnior, Procurador do Estado, e Carmem Célia Soares Meireles de Aquino, Assessora Jurídica, Servidora da Procuradoria Geral do Estado do Piauí, para, sob a Presidência do primeiro, dar cumprimento ao item antecedente.

III - Conceder a esta Comissão o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta portaria, para conclusão dos trabalhos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se  
Publique-se  
Cumpra-se

Antonio Rodrigues de Sousa Neto  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ  
SEGUNDA CÂMARA - RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 038/2004  
(PROCESSO ORIGINAL Nº 701.119/02)  
RECORRENTE: J. SOARES GÊNEROS ALIMENTÍCIOS  
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAÚJO

ACÓRDÃO Nº 059/2004

- ICMS. Obrigação acessória. Descumprimento. Falta de registro. Improvimento.
- A obrigação acessória decorre da legislação tributária e consiste em importante instrumento do Fisco no controle da arrecadação e fiscalização dos tributos.
  - Recebimento de mercadorias sem o registro das notas fiscais nos livros próprios.
  - Descumprimento de obrigações acessórias.
  - Recurso conhecido, mas não provido, por unanimidade.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 29 de novembro de 2004.

FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAÚJO - Presidente e Relator  
NEUSA MARIA DUARTE PINHEIRO - Conselheira  
MIGUEL BARRADAS SOBRINHO - Conselheiro  
EMMANUEL PACHECO LOPES - Conselheiro  
JOÃO PEDRO AYRIMORAES SOARES JÚNIOR - Procurador do Estado.

ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ  
SEGUNDA CÂMARA – RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 039/2004.  
(PROCESSO ORIGINAL Nº 701.120/02)  
RECORRENTE: J. SOARES GÊNEROS ALIMENTÍCIOS  
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAÚJO.

ACÓRDÃO Nº 060/2004.

ICMS. Obrigação principal. Falta de recolhimento do ICMS. Improvimento.

- O levantamento Conta-Corrente do ICMS consiste na verificação de todos os créditos e débitos lançados na escrita fiscal do contribuinte.
- A constatação, pelo Agente autuante, da presença de débitos em valores superiores aos créditos, denota imposto lançado e não recolhido.
- Recurso conhecido, mas não provido, por unanimidade.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 29 de novembro de 2004.

FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAÚJO – Presidente e Relator  
NEUSA MARIA DUARTE PINHEIRO – Conselheira  
MIGUEL BARRADAS SOBRINHO – Conselheiro  
EMMANUEL PACHECO LOPES – Conselheiro  
JOÃO PEDRO AYRIMORAES SOARES JÚNIOR – Procurador do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ  
Primeira Câmara – processo de recurso fiscal n.º 164/2002  
recorrente: bento bernardes bezerra de lima  
recorrida: fazenda pública estadual  
relator: josé messias leal

ACÓRDÃO Nº 061/2004.

ICMS. REGISTRO DE OPERAÇÃO FICTÍCIA. INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA CARACTERIZADA. OFENSA AO DISPOSTO NO ARTº 166 § 4º, INCISO II, DO REGULAMENTO DO ICMS, APROVADO PELO DECRETO Nº 7.560, DE 13.04.1989. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO PROCE-DENTE. DECISÃO UNÂNIME.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes, em Teresina, 30 de novembro de 2004.  
JOSÉ MESSIAS LEAL – Presidente e Relator